

ECONOMIA



Os indicadores das atividades que estão atreladas às vendas para o mercado externo ou aquelas que atendem ao consumo das famílias apresentaram uma leve melhora no trimestre que se encerrou em setembro. Por outro lado, a maioria das atividades relacionadas ao setor empresarial permaneceu estagnada ou em declínio, o que revela o receio capitalista em arriscar novos investimentos. Com isso, a recuperação tarda a engatar.

Nível de Atividade

Depois de registrar queda generalizada no mês de agosto, parte dos indicadores de atividade econômica apresentou variação positiva na passagem para o mês de setembro, indicando um tênue crescimento da economia no mês e no resultado consolidado do terceiro trimestre de 2017. O IBC-Br, por exemplo, principal indicador antecedente do PIB, apontou um crescimento da atividade econômica de 0,40 % em setembro, contrastando com a retração verificada em agosto (-0,37%). Assim, no fechamento do terceiro trimestre, o IBC-Br registrou uma ampliação do PIB de 0,58%, denotando uma moderada melhora em relação ao segundo trimestre (0,39%) e indicando que provavelmente terminaremos o ano de 2017 com o PIB crescendo entre 0,5% e 0,7%

Considerando os indicadores setoriais das pesquisas mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação entre setembro e o mês anterior foram registradas variações po-

sitivas tanto no setor industrial (0,2%) quanto no comércio varejista (0,5%). No setor de serviços, entretanto, pelo terceiro mês consecutivo foi observada uma retração (-0,3%).

No que tange ao ligeiro avanço apurado na produção industrial, cabe destacar que mais uma vez as principais influências positivas vieram dos ramos de atividade que têm sido beneficiados pela melhora no comércio exterior, notadamente o segmento de combustíveis e derivados de petróleo (6,7%), as indústrias extrativas (1%) e de veículos automotores (1%) - a indústria de produtos alimentícios, menos atrelada à demanda externa, também registrou alta, com um crescimento de 4,3%. Contudo, a grande maioria dos ramos industriais pesquisados em setembro (16 de 24) apresentou retração, impedindo assim uma recuperação mais efetiva do setor industrial. Entre as quedas mais expressivas, destacam-se as verificadas nos ramos de produtos farmacêuticos (-20,1%), de produtos do fumo (-15,5%) e de produtos de perfumaria e higiene

peçoal (-6,1%). Além disso, outro indicativo da tibi-eza da retomada da atividade industrial foi a queda de 3,7% registrada em setembro na Utilização da Capacidade Instalada da Confederação Nacional da Indústria (UCI/CNI).

Assim, embora o terceiro trimestre tenha se encerrado com um aumento de 0,9% da produção industrial, nota-se que ao longo do ano seguiu-se por uma relativa e preocupante trajetória de perda de vigor da necessária recuperação da atividade industrial - nos dois trimestres anteriores foram registradas taxas de crescimento de 1,4% (1º tri) e 1,1% (2º tri). No cômputo geral, portanto, a indústria parece ainda seguir em ritmo de crescimento muito lento, com alguns poucos setores se recuperando da queda que havia sido observada no mês anterior, mas sem que isso revele algum potencial mais robusto de recuperação de sua produção ainda este ano.

Já no comércio varejista, outro setor de atividade que apresentou resultados positivos no mês de setembro, a expansão das vendas reais foi puxada pelo crescimento de cinco das oito atividades, especialmente pelo aumento das vendas do ramo supermercadista (1%) e de alguns outros segmentos ligados ao consumo das famílias (artigos farma-

cêuticos e de uso pessoal). No conceito de varejo ampliado (inclui automóveis, autopeças e materiais para construção) o crescimento foi um pouco melhor, alcançando 1% sobre o mês anterior. Entre as razões da recuperação do comércio em setembro, estima-se que esteja a gradativa retomada do crédito às famílias, que havia se contraído fortemente no período recessivo, e a recuperação dos salários reais beneficiados pela permanência da inflação em patamares bastante baixos.

Por seu turno, o setor de serviços mais uma vez apresentou declínio, repetindo pelo terceiro mês consecutivo taxas negativas no seu volume de atividade. Conforme se pode observar na tabela abaixo, na passagem de agosto para setembro houve queda de 0,3% no total do setor, sob forte influência da retração das atividades ligadas ao setor empresarial - serviços de informação e comunicação (-1,8%) e serviços profissionais e administrativos (-0,2%) -, as quais, em parte, foram contrabalançadas pela recuperação dos serviços prestados às famílias (5,9%) e pelos serviços de transportes (0,3%). No somatório do trimestre, o faturamento do setor ficou 0,6% abaixo do que tinha sido registrado no segundo trimestre, isto é, o pior resultado trimestral do ano de 2017.

Nível de Atividade do Setor de Serviços

(Ano de 2017 - Variações com ajuste sazonal)

Grupos de Atividade	Set/Ago	1º Tri	2º Tri	3º Tri
Total	-0,3%	-0,1%	0,2%	-0,6%
Serv. prestados às famílias	5,9%	0,3%	-0,7%	0,4%
Serv. de informação e comunicação	-1,8%	2,3%	-1,6%	-1,7%
Serv. profissionais, adm. e complement.	-0,2%	-4,8%	0,3%	-0,5%
Serv. de transporte e correios	0,3%	1,5%	1,1%	1,1%
Outros serviços	-0,1%	-5,2%	-3,7%	0,9%
Atividades Turísticas	2,0%	-4,4%	-1,5%	-1,6%

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal dos Serviços

A análise trimestral por grupos de atividade do setor de serviços permite perceber também que o ramo de serviços de transporte e correios foi o

único que permaneceu no campo positivo ao longo dos três trimestres do ano, consequência direta da excepcional safra agrícola de 2016/2017 e, em

segunda instância, do aquecimento dos fluxos de comércio exterior ao longo do ano. Por outro lado, cabe ressaltar ainda que as atividades turísticas, que são computadas à parte, permaneceram no vermelho durante todo o ano de 2017, a despeito do câmbio mais favorável e da incipiente melhora na renda das famílias.

Contas Públicas

No último mês de setembro o déficit nominal do setor público consolidado alcançou 53,3 bilhões de reais, dos quais 21,3 bilhões de reais relativos ao resultado primário do governo geral, enquanto os outros 32 bilhões de reais decorreram das despesas com juros da dívida pública. No mês, o governo central alcançou um déficit primário de 22,2 bilhões de reais, o segundo pior resultado em duas décadas. Com isso, no acumulado nos últimos doze meses, chegou-se a um déficit nominal do setor público consolidado de 567,5 bilhões de reais (8,75% do PIB), o qual corresponde à soma-tória de um déficit primário de 152,4 bilhões de reais (2,35% do PIB) e gastos com juros de 415,1 bilhões (6,40% do PIB).

Mais uma vez, os números demonstram de forma cabal o fracasso da política de austeridade fiscal que é conduzida pela equipe econômica do governo Temer. Apesar dos profundos cortes das despesas, de alguma melhora na arrecadação e da forte ampliação das receitas não recorrentes (foram 7,2 bilhões de reais apenas no mês de setembro, dos quais 4,8 bilhões conseguidos por meio dos programas de parcelamento de dívidas tributárias), a dívida pública continua a se expandir em relação ao PIB em ambos os conceitos regularmente utilizados: a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou em setembro 73,9% do PIB (4,8 trilhões de reais) e a Dívida Líquida do Setor Público chegou a 50,9% do PIB (3,3 trilhões de reais).

Comércio Exterior

De acordo com o indicador mensal de comércio exterior da Fundação Getúlio Vargas (Icomex), o último mês de outubro registrou um aumento de

31,7% do volume exportado em relação ao mesmo mês do ano anterior, o qual foi acompanhado por um aumento também bastante significativo do volume das importações (26%). No comparativo com o mês de outubro de 2016, os principais setores que contribuíram para o bom desempenho das exportações foram a agropecuária, com crescimento de 151,2%, a indústria de transformação (25,7%) e a indústria extrativa (21,4%).

Já em relação às importações a expansão registrada em outubro foi puxada principalmente pelos produtos semimanufaturados (34%) e pelos bens de consumo duráveis (26%).

No computo geral, e já considerados os resultados das primeiras três semanas do mês de novembro, chegou-se a um saldo comercial de 60,9 bilhões de dólares no acumulado do ano, o que indica que fecharemos 2017 com o melhor resultado externo de todos os tempos.

Inflação e política monetária

Em linha com o que preconiza o “mercado” (entenda-se as consultorias financeiras e os departamentos econômicos dos grandes bancos), o Banco Central segue sinalizando que pretende fechar 2017 com uma taxa básica de juros de 7% ao ano e assim permanecer por um bom período. Embora justifique esta decisão com base no comportamento esperado dos preços e na ainda desconhecida retomada da atividade, o Banco Central nos omite a informação de que o fator limitante para uma redução mais intensa e necessária da taxa Selic é a nossa excessiva exposição aos fluxos financeiros internacionais. Mantido o atual grau de liberdade de nossa conta capital, será sempre temerário baixar os prêmios de risco de nossos títulos públicos a um patamar similar ao que se verifica no resto do mundo, sob pena do governo não conseguir se financiar junto ao mercado.

Por isso, tudo indica que fecharemos 2017 com uma taxa de juros real (no conceito ex-post, isto é, levando em conta a inflação acumulada no período) próxima de 4,0% ao ano, resultante de uma taxa Selic de 7,0% e uma inflação anual (IPCA) na casa dos 3,0%. É ainda a terceira maior do planeta.